



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP QMB PAULO HENRIQUE FERNANDES NEGREIROS**

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL –  
RESUMO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS PARA A NAÇÃO**

**Rio de Janeiro  
2020**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP QMB PAULO HENRIQUE FERNANDES NEGREIROS**

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL –  
RESUMO CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS PARA A NAÇÃO**

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em História.

**Rio de Janeiro  
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEX - DESMIL  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Autor: Cap QMB PAULO HENRIQUE FERNANDES NEGREIROS**

**Título: BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – RESUMO  
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS PARA A NAÇÃO.**

**Trabalho Acadêmico, apresentado à  
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,  
como requisito parcial para a obtenção  
da especialização em Ciências  
Militares, com ênfase em História, pós-  
graduação universitária lato sensu.**

**APROVADO EM \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ CONCEITO: \_\_\_\_\_**

**BANCA EXAMINADORA**

<b>Membro</b>	<b>Menção Atribuída</b>
<b>EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Ten Cel</b> Cmt Curso e Presidente da Comissão	
<b>RAPHAEL FERREIRA E SILVA - Maj</b> 1º Membro	
<b>GUILHERME POLIDORI CABRAL - Cap</b> 2º Membro e Orientador	

**PAULO HENRIQUE FERNANDES NEGREIROS – Cap**  
Aluno

# BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

## BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – RESUMO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS PARA A NAÇÃO

PAULO HENRIQUE FERNANDES NEGREIROS\*

RAPHAEL FERREIRA E SILVA\*\*

### RESUMO

Será estudado os antecedentes históricos que levaram o Brasil a se tornar um país independente, as crises ocorridas em Portugal para que a corte Portuguesa viesse para o Brasil, iniciando dessa forma nosso processo de independência. Por que D. Pedro recusou retornar à Portugal em 1822, e no dia 09 de janeiro de 1822 proclamou o tão importante “Dia do Fico”. O que foi esse dia, quais as implicações no processo de independência. O que implicou para o Brasil ter sido declarado independente da coroa Portuguesa, quais os benefícios decorrentes de sua independência. O dia 07 de setembro de 1822 ficou conhecido na história por marcar nossa ruptura com os laços Portugueses, deixando de ser então uma colônia Portuguesa.

**Palavras-chave:** independência, causas, benefícios, consequências

### ABSTRACT

Will be study the historical antecedents that led Brazil to become an independent country, the crisis that occurred in Portugal for the Portuguese court to come to Brazil, thus starting our process of independence. Why D. Pedro refused to return to Portugal in 1822, and on January 9, 1822 proclaimed the very important “Stay Day”. What was that day, what are the implications for the independence process. What implied for Brazil to be declared independent from the Portuguese crown, what are the benefits resulting from its independence. September 7, 1822 became known in history for marking our break with Portuguese ties, thus ceasing to be a Portuguese colony.

**Keyword:** independence, causes, benefits, consequences

---

\* Capitão do Quadro de Material Bélico. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2009.

\*\* Major do Quadro de Material Bélico. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2006. Pós Graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2015.

## 1. INTRODUÇÃO

Dentro de dois anos nosso país estará comemorando duzentos anos de sua independência. No dia 07 de setembro de 1822, foi declarada a independência do Brasil, determinando assim o fim do laço colonial que existia com Portugal, declarando-se como uma nação independente.

Esse fato marcante em nossa história mudou os rumos da nossa nação, abriu as portas para o comércio com outros países, rompendo dessa forma de fato com o pacto colonial.

Podemos ver que a transferência da Corte para o Brasil trouxe profundas transformações ao estatuto colonial brasileiro, através de algumas medidas tomadas pelo Príncipe Regente, como por exemplo o alvará de 1º de abril de 1808, revogando o de 1785, que proibia a instalação de manufaturas no Brasil, e finalmente a lei de 16 de dezembro de 1815 que elevou o Brasil à categoria de reino.

Todas essas medidas foram tomadas pela própria necessidade da Corte de assegurar sua sobrevivência, porém acarretaram a ruptura do pacto colonial.

### 1.1 PROBLEMA

Quais foram os fatores que levaram o país a se tornar independente?

Quais os benefícios que advieram da proclamação da independência?

### 1.2 OBJETIVOS

#### OBJETIVO GERAL

- Realizar um levantamento nos dados históricos do país, para buscar dados que orientem o estudo a ser conduzido sobre a Proclamação da Independência.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar o processo da independência;
- b) Citar os benefícios para a Nação;

### 1.3 JUSTIFICATIVAS

Um povo que não conhece sua história está fadado ao insucesso. Tudo que somos hoje como povo brasileiro se remete à nossa história de mais de 500 anos.

Passamos por um descobrimento, um período colonial, um império e hoje somos uma República, estamos inseridos dentro desse contexto, cada brasileiro deve sentir orgulho de sua história.

Dentro em breve estaremos comemorando 200 anos de independência, o país dentro desse período sofreu várias transformações, abordaremos os antecedentes e os benefícios que até hoje usufruímos desse período da nossa história.

## 2. METODOLOGIA

A Carta-Régia de 1808, ao permitir, pela primeira vez, o contato direto dos portos brasileiros com o exterior, sem a necessária intermediação de Portugal, rompeu de fato o pacto colonial.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil conferiu à nossa independência política uma característica singular. Enquanto na América Espanhola a independência foi por meio de lutas, a presença da Corte no Brasil favoreceu a ruptura colonial sem graves convulsões sociais e também sem a fragmentação territorial.

A independência aconteceu em 1822, tendo como marco o grito da independência realizado por Pedro de Alcântara (D. Pedro I) às margens do Rio Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822. Com a independência declarada, o país transformou-se em uma monarquia com a coroação de D Pedro I.

Nosso estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa do tipo bibliográfica, abordando aspectos de nossa história.

O delineamento de pesquisa contemplou as fases de levantamento e seleção da bibliografia, a compilação, a crítica e a leitura expositiva dos dados, o fichamento das fontes e discussão dos resultados.

## 2.1 REVISÃO DA LITERATURA

Ao abordarmos esse assunto aprofundaremos no contexto histórico, analisando todas as variáveis que conduziram o país a um processo de independência, verificando as causas e as consequências para que o país pudesse

Iremos abordar principalmente os últimos anos do século XVIII, o século XIX e XX, analisando a relação da então metrópole Portuguesa com a então colônia, O Brasil.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo abordaremos os antecedentes históricos, como se deu o processo de independência, quais os resultados obtidos dessa emancipação.

### 3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Os países europeus estavam passando por uma convulsão social, acabava de ocorrer na França, a Revolução Francesa ocorrida de 1789 a 1799, período onde vimos despontar Napoleão Bonaparte, que se torna então o Imperador Francês.

Napoleão queria fazer da França o maior país Europeu, para isso se engajou em várias batalhas no continente e fora dele. Várias vitórias se seguiram e deram ao imperador o controle de quase toda a Europa Central.

Com o objetivo de enfraquecer a Inglaterra, Napoleão decreta o Bloqueio Continental, onde os países europeus deveriam fechar seus portos ao comércio inglês.

Tal medida gerou exclusividade da indústria Francesa com os mercados europeus.

Em 1807 e 1808, Napoleão invade a Espanha e Portugal, com seu exército que parecia imbatível. Em 1810 quase a totalidade da Europa estava sob seu domínio, com a exceção da Inglaterra.

### 3.2 VINDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL

A vinda da família Real Portuguesa para o Brasil ocorreu em novembro de 1807, com sua chegada ao Brasil em 22 de janeiro de 1808, na cidade de Salvador. Tal atitude foi realizada para que Portugal continuasse independente, após ameaças de invasão por parte de Napoleão Bonaparte.

Isso ocorreu em decorrência do bloqueio continental realizado por Napoleão em 1806, como Portugal era aliado da Inglaterra, não aderiu a tal tratado.

O príncipe Regente, Dom João, determinou dessa maneira que toda a família real fosse transferida para o Brasil, perfazendo um grande número de pessoas que vieram para o país.

Tal período na história do Brasil ficou conhecido como Período Joanino.

Uma das primeiras ações realizadas por D. João ao desembarcar no Brasil, foi realizar a abertura dos portos brasileiros às demais nações. Foi um tratado assinado entre Portugal e Inglaterra que pôs fim à exclusividade portuguesa de ser a única nação europeia a ter relações comerciais com o Brasil.

Para muitos foi o primeiro passo do processo de Independência do Brasil.

A abertura dos portos se somou a outras medidas impostas por D. João, dentre as quais podemos citar: revogação do Alvará de 1785 que proibia a instalação de manufatura no país, possibilitando dessa forma a criação dos primeiros núcleos manufatureiros na região; fundação do Banco do Brasil, criação do primeiro jornal de grande circulação, a Gazeta do Rio de Janeiro; a criação da Biblioteca Real Portuguesa instalada no Brasil, com livros trazidos de Portugal e, em 1810 a assinatura do Tratado Econômico de Cooperação e Amizade, aumentando a possibilidade do Brasil estabelecer relações comerciais com outras nações do mundo.

Isso gerou um aumento no consumo dos habitantes locais, devido ao fato de produtos de luxo vindos da Europa passarem a fazer parte do dia a dia da colônia, especialmente do Rio de Janeiro.



A parceria entre Brasil/Portugal e Inglaterra se intensificou com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação, em 1810, que garantiu a redução de impostos cobrados sobre as mercadorias inglesas.

Com a vinda da família Real Portuguesa, mudanças culturais e científicas ocorreram, uma vez que foram construídos teatros, universidades e bibliotecas, possibilitando a vinda de intelectuais e artistas importantes daquela época para o Brasil.

Tudo isso ocorreu para tornar o Rio de Janeiro um local apto a abrigar a corte Portuguesa. O país começou também a se impor como potência expansionista na América, onde Cisplatina e Guiana Francesa foram invadidas por ordem de D. João VI.

### 3.3 REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES

Napoleão Bonaparte foi derrotado em 1814, e com isso voltou-se a discutir o retorno da Corte Portuguesa à Portugal. Em 1815, foi realizado o Congresso de Viena, que buscava restaurar as coisas na Europa, e determinava que as antigas monarquias europeias depostas por Napoleão, reassumissem seus tronos.

Portanto para reassumir seu trono, D. João deveria retornar à Portugal, pois sua estada aqui no Brasil era vista como ilegítima. Entretanto, como já estavam bem adaptados ao novo continente, e não queriam abrir mão de suas conquistas, não tinham interesse em voltar à antiga metrópole.

A solução para essa questão foi elevar o país a Reino Unido a Portugal e Algarves, graças a promulgação da Lei de 16 de dezembro de 1815, assinada por D. João.

Por um lado, tal atitude conservou o trono português para a dinastia Bragança e atendeu às aspirações dos súditos do novo reino. Por outro lado, provocou uma enorme insatisfação por parte dos Portugueses, pois os dois países se equipararam, e isso era uma ameaça de se perder a colônia Brasileira.

### 3.4 REVOLTAS EMANCIPACIONISTAS

As revoltas emancipacionistas se deram por inúmeros motivos, dentre os quais podemos citar: altos impostos cobrados por Portugal; quando ainda estava vigente, o Pacto Colonial, que proibia o Brasil de realizar comércio com outros países que não fossem com Portugal; privilégios que os portugueses tinham em relação aos brasileiros; leis consideradas injustas, que os brasileiros tinham que seguir; punições violentas contra os colonos que não seguiam as determinações de Portugal; influência de movimentos separatistas ocorridos em outros países (em 1776 a independência dos EUA e a Revolução Francesa em 1789).

Dentre as principais revoltas, podemos citar: a Conjuração Mineira, ocorrida em 1789 na cidade de Vila Rica (Minas Gerais), e teve como causa principal os altos impostos cobrados sobre o ouro nas regiões das minas. Teve “Tiradentes” como um de seus líderes e tinham como objetivo implantar um sistema Republicano no Brasil.

Já a Conjuração Baiana, foi um movimento realizado na Bahia, em 1798, e teve a participação de pessoas do povo, médicos, ex-escravos, sapateiros, etc. Teve como uma de suas causas, a cobrança elevada de tributos, e defendiam a liberdade em relação a Portugal e a implantação de um sistema republicano com uma liberdade comercial.

Tivemos também alguns anos depois, já em 1817, a Revolução Pernambucana que teve como causas a exploração metropolitana e a elevada taxa de impostos. Participaram desse levante, padres, militares e membros da elite, dentre outros, e foram motivados por ideais iluministas, e queriam libertar o país do domínio português e instalar o sistema republicano.

Em sua maioria, os líderes dessas rebeliões foram condenados à morte, pois o governo reprimiu violentamente tais revoltas.

A base para a independência já estava sendo montada com tudo o que ocorria no país.

### 3.5 REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO

Em 1820, Portugal se encontrava em uma situação bem delicada. O rei da nação se encontrava no Brasil, os ingleses estavam supervisionando o país, os quais lutaram contra as invasões napoleônicas. Isso gerou uma enorme insatisfação com o regime monárquico. Concomitantemente, a economia estava prejudicada, devido à abertura dos portos brasileiros às outras nações.

Nesse contexto, pessoas simpatizantes aos pensamentos ideológicos liberais, membros da burguesia, católicos e militares, organizaram um movimento revolucionário, em 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto, e em pouco tempo atingiu Lisboa, a capital do país.

À partir de tal levante, um novo governo tomou o controle de Portugal. Suas primeiras atitudes foram convocar as Cortes, que eram uma espécie de assembleia constituinte que tinha como missão fundamental promover o estabelecimento de uma nova carta constitucional que limitasse o poder da autoridade monárquica e fosse ao encontro dos anseios da população de Portugal.

Para legitimar tal atitude, era necessário que o rei D. João VI estivesse presente no país. Portanto, no dia 26 de abril de 1821, a Família Real retorna para Lisboa, temendo que o rei fosse destituído de seu cargo. Ao retornar, o rei deixa no Brasil, seu filho, D. Pedro I, como Príncipe Regente.

As Cortes exigiam que D. João VI aceitasse a nova constituição, antes mesmo de ser criada. A Revolução Liberal do Porto estava encaminhando para um triunfo da ideologia liberal e a modernização do cenário político de Portugal.

Apesar disso, no campo econômico eles não eram tão liberais, pois defendiam que o Brasil retornasse à condição de colônia.

Ao tomarem conhecimento de tais intenções, as elites brasileiras se juntaram a fim de manter as vantagens econômicas obtidas durante o governo de D. João. Portanto, costuraram uma aliança política que abria caminho à oferta do trono brasileiro para Dom Pedro I.

Como resposta, os portugueses fizeram uma enorme pressão política, exigindo que o príncipe regente voltasse imediatamente à Portugal.

### 3.6 O DIA DO FICO

Portugal, como vimos anteriormente, desejava que o príncipe regente retornasse à Portugal, contudo tal notícia não agradou o povo brasileiro, particularmente os grandes produtores rurais, que tinham medo de perder a possibilidade de comercializar com outras nações, seus produtos.

Começou uma mobilização para recolher assinaturas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o objetivo de formalizar o desejo de permanência do príncipe regente. Mais de 8 mil assinaturas foram apresentadas ao presidente do Senado.

Somando ao desejo pessoal e o apoio recebido, Dom Pedro I ignora as ordens recebidas de Portugal, e decide permanecer no país.

Assim, em 09 de janeiro de 1822, ele diz a célebre frase que oficializa o Dia do Fico: “ Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”.

Como consequência do fato ocorrido, podemos falar de sua importância para o andamento do processo de independência, principalmente no que tange a redução da influência portuguesa em relação à colônia.

### 3.7 A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A relação entre Dom Pedro e as Cortes Portuguesas se tornou insustentável, após o príncipe assinar uma resolução que dizia que nenhuma ordem de Portugal poderia entrar em vigor no país sem sua autorização prévia. Os Portugueses ameaçaram invadir o Brasil, caso Dom Pedro não retornasse imediatamente à Portugal.

Ao tomar conhecimento da ameaça, ao realizar uma viagem para São Paulo, decide parar às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo, Dom Pedro declara que o Brasil seria, daquele dia em diante, um país independente, liberto de Portugal.

“Independência ou Morte” foi o que disse às margens do riacho e ficou registrado como “o grito do Ipiranga”.

Somente 3 meses após essa declaração, Dom Pedro foi declarado imperador do Brasil, isso ocorreu no dia 1 de dezembro de 1822, o qual recebeu o título de Dom Pedro I.

Apesar disso, não foi uma mudança tranquila como parece, em alguns locais foi necessário expulsar as tropas portuguesas, como por exemplo em Salvador, onde as tropas brasileiras só conseguiram a rendição dos portugueses em 2 de julho de 1823.

Os 4 centros de resistência contra a independência foram os seguintes: Para, Bahia, Maranhão e Cisplatina (atual Uruguai). Campanhas militares ocorreram nessas localidades e os combates contra as forças que não aderiram à independência estenderam até 1824.

O primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foram os Estados Unidos, em maio de 1824. Nos países europeus, o reconhecimento se deu por influência da Inglaterra.

Por intervenção da Inglaterra, Portugal assinou o Tratado Luso-Brasileiro, em 29 de agosto de 1825, tratado que reconhecia a independência da antiga colônia.

Para que isso ocorresse, o Brasil teve que pagar uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, dinheiro que foi emprestado pela Inglaterra, dando assim o início da dívida externa Brasileira.

### 3.8 CONSEQUÊNCIAS DA INDEPENDENCIA DO BRASIL

Entre as consequências do processo de independência do país, citam-se: o surgimento do Brasil enquanto nação independente; uma construção da nacionalidade “brasileira”; estabeleceu-se uma monarquia nas américas e o começo do endividamento do país.

Ao se tornar independente, o país começa a viver o período do Império e o Primeiro reinado.

### 3.8.1 IMPÉRIO

O período imperial do Brasil é dividido em 3 fases: o Primeiro Reinado (1822-1831), o Período Regencial (1831-1840) e o Segundo Reinado (1840-1889).

#### 3.8.1.1 PRIMEIRO REINADO

O Primeiro Reinado foi o período em que o país foi governado por Dom Pedro I. Houveram vários atritos entre Dom Pedro e os grupos políticos do país, por causa de seu autoritarismo e de sua incompetência em administrar o Brasil.

Como exemplo de seu autoritarismo, temos a confecção da Constituição de 1824, onde o imperador dissolveu a Assembleia Constituinte temendo que seu poder fosse limitado e formou um Conselho de Estado, por apoiadores do rei, e que foi responsável por elaborar a Constituição.

Nesse período tivemos também a Guerra da Cisplatina, conflito gerado por que essa região não reconhecia o Estado Brasileiro.

Em 1825, o general Lavalleja, com o apoio de argentinos, organizou um levante para se emancipar do jugo imperial brasileiro. Ameaçado, Dom Pedro declarou guerra aos revoltosos e buscou reintegrar a região ao restante do país. Porém a guerra durou até 1828 e consumiu bastante os recursos do país, porém não foi suficiente para vencer os revoltosos, que saíram vitoriosos e fundaram a República Oriental do Uruguai.

Pressionado por diversos grupos insatisfeitos, Dom Pedro I renuncia ao trono em 1831, e deixa seu filho em seu lugar. Como seu filho ainda não tinha idade para assumir o país, vários Regentes governaram o Brasil nesse período, que ficou conhecido como Período Regencial.

### 3.8.1.2 PERÍODO REGENCIAL

Esse período ficou conhecido na história pelas diversas revoltas que ocorreram em todo o país, devido a insatisfações políticas, insatisfações com a pobreza e a desigualdade e por disputas locais. Dentre elas podemos citar: Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Revolta dos Malês e Revolta dos Farrapos.

Nesse período vemos surgir com mais ímpeto a figura de nosso patrono “Duque de Caxias”, que já havia participado da Guerra da Cisplatina e que agora participa dessas revoltas com o objetivo de pacificar as diversas regiões do país.

O fim desse período, que se estendeu de 1831 a 1840, se deu devido a disputas entre Liberais e Conservadores. Os Liberais conseguiram apoio da maioria dos deputados e senadores e realizaram o Golpe da Maioridade em 1840, que antecipou a posse de Pedro de Alcântara como imperador do Brasil, com apenas 14 anos de idade.

### 3.8.1.3 SEGUNDO REINADO

Esse período se deu entre julho de 1840 a novembro de 1889, quando o país esteve sob comando de D. Pedro II. Foi marcado por uma relativa paz entre as províncias, a abolição gradual da escravidão e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Encerrou-se com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

Nesse momento o país se consolida como nação. Temos no plano econômico o surgimento do café, como produto mais exportado do Brasil. Foram construídas as primeiras ferrovias com o objetivo de melhor circular o chamado “ouro negro”.

Houve então um dilema, pois os trabalhadores nos cafezais eram pessoas escravizadas, e desde o governo de Dom João VI, o país se comprometeu a abolir a escravidão, porém a elite cafeeira se opunha a isso e a solução foi terminar com o trabalho servil de forma gradual.

Foi no Segundo Reinado que o Brasil se deparou com o maior conflito armado da América do Sul: a Guerra do Paraguai.

Tal conflito se deu pelo desentendimento quanto às fronteiras entre os países da América do Sul e pela liberdade de navegação dos rios platinos. Brasil, Argentina e Uruguai se uniram contra Paraguai de Solano López, a guerra perdurou de 1864 a 1870 e contou com a morte de quase 300 mil pessoas, maioria delas paraguaias.

Como consequência, o Paraguai nunca mais voltou a ser um país com um bom índice de desenvolvimento econômico e marcou o início da decadência da monarquia do Brasil.

Na década de 1870, o enfraquecimento da monarquia se deu devido a 3 rupturas que se deram no país: a ruptura religiosa, que afastou a Igreja Católica do Estado; a ruptura militar, que afastou o Exército do Estado e a ruptura dos escravocratas, que afastou os escravistas do Estado.

Além dos que defendiam a República, o Exército foi um grande aliado para o fim da monarquia no país. Devido a influência dos ideais positivistas e a insatisfação com a baixa valorização da corporação, foram os grandes motivos que levaram a conspirar contra a monarquia.

No dia 15 de novembro de 1889, se deu o golpe liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que pôs fim à monarquia e instituiu a República. Dois dias depois, Dom Pedro II se exilou na Europa.

### **3.8.2 REPÚBLICA VELHA**

A República Velha também é conhecida por muitos como Primeira República, e vai de 1889 a 1930, quando Getúlio Vargas assume a presidência da República.

Esse período ficou conhecido pelo domínio oligárquico no país. Esses pequenos grupos, em sua maioria associados a agricultura e pecuária, detinham grande poderio político e econômico no país. Seu controle se dava por meio de práticas conhecidas como clientelismo, coronelismo e mandonismo.

Outro fator importante sobre esse período se refere a práticas bastante conhecidas, que são: a política dos governadores e a política do café com leite.



A política dos governadores foi instituída por Campos Sales e foi responsável por consolidar uma aliança entre os poderes Executivo e Legislativo, ao longo de toda República.

Nessa política o Governo apoiava as oligarquias mais poderosas de cada estado e em troca as mesmas oligarquias tinham o dever de eleger deputados e orientá-los a apoiar as orientações do Executivo e do Legislativo.

Para que tal política desse certo, era fundamental que os deputados indicados fossem eleitos e para que isso ocorresse, uma figura essencial aparecia, era o Coronel, que utilizava seu poder local para exercer pressão nos eleitores para que votassem no candidato desejado. Isso ficou conhecido como “voto de cabresto”.

Já a política do café com leite, ficou conhecida por um acordo que existia entre Minas e São Paulo, para que revezassem os candidatos à presidência da República. Porém essa prática de revezamento não se perdurou por toda República, uma vez que representantes de outras oligarquias também foram eleitos nesse período.

Nesse período, nossa economia esboçou um desenvolvimento industrial, apesar de tímido. Grande parte desse desenvolvimento se deu na cidade de São Paulo, que teve uma alavancada em sua população.

Apesar desse crescimento, nossa economia permaneceu bastante dependente da exportação do café, até meados de 1950.

Tivemos também várias revoltas marcando esse momento, pois muitas pessoas buscavam uma condição de vida mais digna por estarem insatisfeitas com o governo atual.

Podemos citar as seguintes: Guerra de Canudos, Revolta da Armada, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Guerra do Contestado, Revolta do Forte de Copacabana, Revolta Paulista de 1924 e a Coluna Prestes.

O fim de tal período se deu devido a um rompimento entre os estados de Minas e São Paulo, pois os paulistas não quiseram realizar o revezamento conforme estipulava a política do café com leite. Devido a isso, os paulistas lançaram como candidato Júlio Prestes e os mineiros lançaram Getúlio Vargas.

A chapa de Getúlio Vargas acabou sendo derrotada, porém com o assassinato de seu vice, chamado João Pessoa, um levante contra o presidente Washington Luís se iniciou. O resultado desse levante ficou conhecido como Revolução de 1930, que teve a derrubada do então presidente e a assunção de Getúlio Vargas, como presidente provisório, porém acabou ficando por 15 anos.

### **3.8.3 ERA VARGAS**

Esse período pode ser dividido em 3 fases: Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937- 1945).

#### **3.8.3.1 GOVERNO PROVISÓRIO**

O Governo provisório, como o próprio nome já diz, era para ter sido um período transitório em que Vargas organizaria uma Constituinte, para fazer uma nova Constituição para o país, porém ele a adiou o quanto possível, mostrando sua habilidade em se sustentar no poder.

Com a demora em se realizar a Constituinte, São Paulo acabou se rebelando contra o governo, revolta que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista de 1932.

Apesar de terem sido derrotados, Vargas compôs a Constituinte e acabou promulgando a Constituição de 1934.

Juntamente com a nova Constituição, Vargas foi reeleito indiretamente, para ser presidente entre 1934 e 1938.

#### **3.8.3.2 GOVERNO CONSTITUCIONAL**

Já no Governo Constitucional, seu mandato seria até 1938, porém Vargas acabou dando um golpe de Estado e instalando um regime ditatorial no país. O golpe do Estado Novo teve a divulgação de um falso documento conhecido como

Plano Cohen, que em teoria falava sobre uma conspiração comunista que estaria em curso no Brasil.

### 3.8.3.3 ESTADO NOVO

O Estado Novo se estendeu por 8 anos e Vargas aproveitou para reforçar seu poder e limitar as liberdades civis. Seu governo baseou-se nos decreto-lei, que eram documentos que não precisariam da aprovação do Legislativo. O Congresso, as Assembleias Estaduais e os partidos políticos foram fechados.

Temos também a criação do salário-mínimo em 1940 e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943.

Com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e o desgaste do Estado Novo, surgiram demandas por novas eleições. Pressionado, Vargas propôs para o fim de 1945 eleições presidenciais, porém em outubro de 1945 acabou sendo deposto.

### 3.8.4 GOVERNO MILITAR

O Governo Militar se iniciou em 31 de março de 1964, com a derrubada do então presidente João Goulart e perdurou até 1985, quando Tancredo Neves foi eleito presidente.

O primeiro presidente, Castello Branco, ficou no poder até 1967 e instituiu o bipartidarismo político, com os seguintes partidos: MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a Arena (Aliança Renovadora Nacional). Com Castello Branco se deu o início dos Atos Institucionais (AI) e uma nova Constituição entrou em vigor em 1967.

Em 1967, o Marechal Costa e Silva assume o governo, e governa até 1969.

Após o término de seu mandato, o então General Emílio Garrastazu Médici, assume a presidência, e na área econômica, seu mandato ficou conhecido como “milagre econômico”, devido à fase áurea de desenvolvimento do país.

Com a ajuda externa e a captação de enormes recursos, muito se aprimorou na infraestrutura do país, como: construção de estradas, portos, hidrelétricas, rodovias e ferrovias.

O Produto Interno Bruto chegou a crescer 12% ao ano, e gerou milhões de empregos à população.

Seu governo durou até 1974, quando então o General Ernesto Geisel assumiu o poder.

Ao término do mandato de Geisel, em 1979, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo, assume a presidência. Figueiredo foi o último governante militar, pois em 1985, Tancredo Neves é eleito presidente da República.

Em seu governo o pluripartidarismo foi restabelecido. A Arena passou a se chamar PDS (Partido Democrático Social) e o MDB passou a se chamar PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Outros grupos também se formaram, como o PT (partido dos Trabalhadores) e o PDT (partido Democrático Brasileiro).

No último ano de seu governo, surgiu o movimento denominado “Diretas Já”, que tinha como objetivo mobilizar a nação em defesa de eleições diretas para uma nova escolha do presidente.

Porém em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elege o deputado Tancredo Neves como novo presidente, contudo Tancredo adoece e morre e em seu lugar assume o vice-presidente, José Sarney.

### **3.8.5 NOVA REPÚBLICA**

Esse período da história compreende desde o fim dos governos militares até os dias atuais.

Com a saída do General Figueiredo, Sarney assume seu lugar. Em seu governo uma nova Constituição foi promulgada no ano de 1988, que perdura até nossos dias, e foi instituído um Estado Democrático de Direito e uma república presidencialista. Sarney fica na presidência até 1990, quando então Fernando Collor de Mello assume seu lugar.

Fernando Collor era governador de Alagoas, e devido à sua campanha de combate à corrupção, acabou sendo eleito.

Porém em 1992, denúncias de corrupção contra ele, acabaram forçando seu impeachment no mesmo ano.

Seu vice-presidente assume então, Itamar Franco, como destaque em seu governo, podemos citar a implementação do Plano Real, plano esse desenvolvido por seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Com o destaque do Plano Real, Fernando Henrique concorre à presidência e acaba sendo eleito.

Governa 4 anos e se reelege para mais 4 anos de governo, até 2002.

Seu sucessor, Luís Inácio Lula da Silva, governou o país até 2010.

Após seu governo, Dilma Rousseff assume a presidência até 2016, quando sofre um processo de impeachment, onde seu vice-presidente assume o país até o ano de 2018.

No ano de 2019 assume à presidência da República o senhor Jair Messias Bolsonaro que governa o país até os dias atuais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após discorrermos por quase 200 anos de história, o sentimento que deve nos ocorrer, é de orgulho. Muitas foram as lutas e as dificuldades enfrentadas por aqueles que nos antecederam, porém, cada batalha foi travada e vencida por homens e mulheres, brasileiros e brasileiras que buscavam uma nação forte e independente, cônica de seus interesses e anseios.

Ainda hoje pulsa em nossos corações o brado de Dom Pedro às margens do Ipiranga, “Independência ou Morte”, pois ainda representa o anelo de muitos brasileiros por um país mais justo, mais igualitário, de direitos iguais a todos os cidadãos.

Nossa história é única, é uma história de liberdade, de busca por seus ideais e anelos, que, apesar de não se repetir mais, nos aponta o caminho a trilhar, nos mostra o que devemos fazer para podermos alcançar nossos objetivos.

Estamos a dois passos de comemorarmos nosso Bicentenário da Independência, cabe a nós refletirmos sobre tudo que já vivemos e o que ainda desejamos viver.

Portanto, concluímos que fazemos parte de uma nação forte e soberana, de um povo guerreiro e batalhador, amante de sua terra, que sempre irá batalhar contra aqueles que nos quiserem oprimir, deixando dessa forma um legado de conquistas e êxitos para todos aqueles que vierem depois de nós.

## REFERÊNCIAS

- Koshiba, Luiz, 1945-**História do Brasil**/Luiz Koshiba, Denise Manzi Frayse Pereira – 5. Ed. rev. e ampl – São Paulo: Atual, 1987.

- Frota, Guilherme de Andrea – **500 anos de História do Brasil**/ Guilherme de Andrea Frota - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. 2000.

-Linhares, Maria Yedda – **História Geral do Brasil**/ Maria Yedda Linhares - 10 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

- Malerba, Jurandir – **A Independência Brasileira: novas dimensões** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- RICUPERO, Rubens; OLIVEIRA, Luis Valente de. **A abertura dos Portos**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

\_\_\_\_\_. Toda Matéria. **Toda Materia**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br>> Acesso em 07Abr20

\_\_\_\_\_. História do Brasil. **História do Brasil**. Disponível em: <<https://m.historiadobrasil.net>> Acesso em 07Abr20.

\_\_\_\_\_. Brasil Escola. **Brasil escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br>> Acesso em 08Abr20.

\_\_\_\_\_. História do mundo. **História do mundo**. Disponível em: <<https://m.historiadomundo.com.br>> Acesso em 09Abr20.